
Os Moradores da Várzea Urbana de Pequenas Cidades Ribeirinhas do Delta do Rio Amazonas e suas Estratégias de Sobrevivência: uma análise comparativa

The Floodplain Resident of Small Riparian Cities of the Amazon River Delta and its Survival Strategies: comparative analysis

Habitantes de Várzea Urbana en Pequeñas Ciudades Ribereñas del Delta del Río Amazonas y sus Estrategias de Supervivencia: análisis comparativo

Ed Carlos dos Santos Valota¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4759-5676>

Sandra Maria Fonseca da Costa²

 <https://orcid.org/0000-0003-0540-228X>

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia³

 <https://orcid.org/0000-0002-8654-9875>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre as estratégias de sobrevivência dos moradores de várzea urbana das cidades ribeirinhas de Afuá e Ponta de Pedras, ambas localizadas no estado do Pará, no arquipélago do Marajó. A pesquisa fundamentou-se na aplicação de formulários, em mais de 13% dos domicílios urbanos, em dois bairros de várzea urbana das duas cidades. Em um contexto de vulnerabilidade social, constatou-se que, entre as estratégias de sobrevivência das famílias, estão as relações com parentes da área rural (capital social); ocupações na informalidade e dependência de programas de transferência de renda (capital financeiro); e busca de recursos no setor primário (capital natural). A população mais jovem, mesmo morando na cidade, tem se utilizado destas estratégias de sobrevivência relacionadas às práticas tradicionais ribeirinhas.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégias de sobrevivência. Cidades ribeirinhas. Amazônia.

ABSTRACT: *This article aims to present an analysis on the survival strategies of urban floodplain residents in the riverside small cities of Afuá and Ponta de Pedras, both located in the state of Pará, Marajó archipelago. This research was based on the application of questionnaires to more than 13% of urban households in two urban floodplain districts of the two cities. In a context of social vulnerability, it was found that, among the survival strategies of families, are the relationships with relatives in the rural area (social capital); informal occupations and dependence on income transfer programs (financial capital); and seeking resources in the primary sector (natural capital). The younger*

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional – Univap (Universidade do Vale do Paraíba), Pesquisador Associado do Laboratório de Estudo das Cidades – Univap. E-mail: edsjcgeo@gmail.com.

² Doutora em Engenharia de Transporte (USP-POLI), Professora do PPG em Planejamento Urbano e Regional – UNIVAP. E-mail: sandra@univap.br.

³ Doutor em Planejamento Urbano e Regional – UNIVAP (Universidade do Vale do Paraíba), Pesquisador Associado do Laboratório de Estudo das Cidades – Univap. E-mail: milaremontoia@hotmail.com.

population, even living in the city, has used these survival strategies related to traditional riverside practices.

KEYWORDS: *Survival Strategies. Riverside Cities. Amazonia Region.*

RESUMEN: *Este artículo tiene como objetivo presentar un análisis de las estrategias de supervivencia de los habitantes de la llanura inundable urbana de las ciudades ribereñas de Afuá y Ponta de Pedras, ambas ubicadas en el estado de Pará, en el archipiélago de Marajó. Esta investigación se basó en la aplicación de formularios a más del 13% de los hogares urbanos en dos barrios urbanos inundables en ambas ciudades. En un contexto de vulnerabilidad social, se encontró que, entre las estrategias de supervivencia de las familias, se encuentran las relaciones con familiares en la zona rural (capital social); ocupaciones informales y dependencia de programas de transferencia de ingresos (capital financiero); y búsqueda de recursos en el sector primario (capital natural). La población más joven, aun viviendo en la ciudad, viene utilizando estas estrategias de supervivencia relacionadas con las prácticas tradicionales ribereñas.*

PALABRAS CLAVE: *Estrategias de supervivencia. Ciudades ribereñas. Amazonas.*

INTRODUÇÃO

As comunidades ribeirinhas, localizadas em ambientes de várzea amazônica, estão adaptadas à sua dinâmica e extraem recursos da natureza, em família, que contribuem para sua subsistência (CRUZ, 2006). Além dos recursos da floresta, os moradores ribeirinhos fazem uso constante dos rios, demonstrando estreita relação com esse ambiente e dele se beneficiando, seja para navegar, retirar alimentos e renda ou se banhar, entre outros (ARAÚJO, 2013). Apesar dessa adaptação e de viver do sistema agroflorestal e práticas tradicionais em seus locais de origem, muitos moradores destas comunidades, na busca por uma qualidade de vida melhor e que contribua com sua sobrevivência, optam por migrar para as cidades (CASTRO, 2008).

Esse movimento migratório para os centros urbanos não significa melhoria na qualidade de vida dessa população (BELLO; HÜFFNER, 2012), principalmente quando esse movimento é em direção às pequenas cidades. Os serviços e equipamentos urbanos precários, economia frágil e a baixa capacidade de gerar empregos (COSTA; BRONDIZIO, 2009; OLIVEIRA, 2004), oferecidos por estas cidades, usualmente não significam que esta mudança seja a melhor estratégia para a manutenção da sua sobrevivência.

A população originária do interior do município, de comunidades ribeirinhas, que migra para essas cidades, carrega consigo a confluência da vida rural com a vida na cidade, pois ocorre uma mescla de práticas de atividades ribeirinhas tradicionais com práticas de trabalhos urbanos (ARAÚJO, 2013), como os vinculados à informalidade (coleta de açaí, pesca e serviços) e trabalhos formais relacionados ao poder público (MONTAIA, 2018).

Este morador, de origem rural, além de conhecer e utilizar as práticas tradicionais ribeirinhas como estratégia de sobrevivência (SOUZA; CAÑETE, 2010), também faz uso das

ocupações e rendas obtidas de ocupações urbanas e dos benefícios do Governo Federal (MONTAIA, 2018). Neste sentido, este artigo tem como objetivo principal apresentar uma análise das estratégias de sobrevivência estabelecidas pelos moradores de várzea urbana das pequenas cidades ribeirinhas de Afuá e Ponta de Pedras, localizadas no estado do Pará, no arquipélago do Marajó.

AS CIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Em 1991, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1991), a região da Amazônia possuía 55,16% de população urbana. A região possuía 155 cidades em 1960, e passou, em 1991, para 264, sendo que 40% dessas cidades apresentavam uma população entre 5.000 e 9.999 habitantes. De acordo com Costa et al. (2014, p.128), em 2000, “[...] 27% da população urbana vivia em 639 cidades (com menos de 20 mil habitantes), as quais representavam, aproximadamente, 84% do total de 760 cidades sedes dos municípios [...]. Em 2010, essa porcentagem diminuiu para 82%”, ou seja, predominam, na região, as pequenas cidades. Muitas destas cidades localizam-se próximas às margens dos rios e possuem um forte vínculo de suas atividades econômicas com os recursos da floresta, as quais são também denominadas “cidades ribeirinhas”.

A presença das cidades às margens dos rios estabeleceu uma conexão “[...] entre o povoamento, os rios e os destinos dos fluxos”, e fizeram valer a importância dos seus espaços dinâmicos (TRINDADE JÚNIOR; SILVA; AMARAL, 2008, p. 39). Existe uma estreita relação das cidades ribeirinhas com o local e o regional, no que diz respeito à dinâmica socioeconômica e cultural. Monte-Mór (1994) expande a ideia de urbanização para além das cidades existentes, na formação de um tecido urbano, que não se restringe à dicotomia entre “urbano” e “rural”. O autor explica que, na Região Amazônica, “[...] a urbanização se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais”, definida como urbanização extensiva. Complementando essa abordagem, Trindade Júnior (2010a, p. 112) propõe o conceito de urbanodiversidade, considerada “[...] uma diversidade urbana que se revela empiricamente não apenas por diversos tipos de cidades [...] mas, também, por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações”.

Assim, nas cidades ribeirinhas amazônicas, há uma articulação paradoxal entre a vida moderna e as tradições herdadas de um passado não tão distante e das relações entre a população e seu ambiente. Oliveira (2004), Castro (2008) e Trindade Júnior (2010b) ressaltam que há uma associação, incontestável, entre economia, cultura, sociedade, floresta e hidrografia na Amazônia e que nas cidades ribeirinhas é transparente o poder da dinâmica dos rios na construção do espaço geográfico. Rocha e Medeiros (2019) explicam que a

configuração das cidades ribeirinhas, que possuem um assentamento condicionado, muitas vezes, pela água, promove uma vivência social, com maior urbanidade. Cardoso, Vicente e Brito (2021) comentam que, no ambiente de várzea, regido pela dinâmica da natureza, o modo de vida respeita os rios e a vegetação e estas várzeas podem ser fronteiras inteligentes para as cidades.

Os ribeirinhos das várzeas amazônicas são considerados agricultores, pescadores e extratores, entre outros, pois praticam um conjunto de atividades na terra, na água e na floresta, como por exemplo, agricultura, criação de pequenos animais, caça, pesca, coleta etc., que possibilitam sua subsistência nesse ambiente, além da construção de suas casas (CRUZ, 2007). Fazem uso do ambiente que habitam e, por meio de técnicas que desenvolvem, se adequam à dinâmica das várzeas amazônicas, elaborando estratégias de sobrevivência por meio das atividades agropastoris, florestais e aquáticas, além da utilização dos rios, que possuem papel fundamental na vida dessa população.

Segundo Lombardi (2014), quando Ian Scoones, em 1998, e Carole Rakodi, em 2002, propuseram o conceito de estratégias de sobrevivência, havia a intenção de que o conceito funcionasse como um modelo de ação e um mecanismo para avaliação de políticas públicas e projetos de desenvolvimento que fossem implementados. Bebbington (1999) destaca a importância deste tipo de abordagem, embasada nas estratégias de sobrevivência, como modelo de avaliação e arcabouço para entender a resiliência das unidades domésticas, podendo comprovar isso em sua pesquisa nos Andes.

As estratégias de sobrevivência estão relacionadas ao conjunto de ações que um indivíduo ou grupo escolhe para satisfazer suas necessidades básicas, tanto fisiológicas (alimento, repouso, moradia), quanto de segurança (corpo, família, propriedade). É uma soma de competências que contribuem para seu meio de subsistência (LOMBARDI, 2014), sendo considerada a maneira como as pessoas vivem (OSMAN; ABDELKARIEM, 2011), a qual considera, além das pessoas, suas capacidades e modos de vida, incluindo a obtenção de alimentos, renda e bens (CHAMBERS; CONWAY, 1991).

Silva *et al.* (2016) explicam que estratégias de sobrevivência são todas as formas de subsistência que os indivíduos empregam para garantir seus modos de vida. Nesse processo, consideram desde as técnicas e tecnologias, assim como os saberes obtidos de geração em geração, e que permitem a manutenção e a subsistência da família.

Lombardi, Guedes e Barbieri (2015, p.175) explicam que as estratégias de sobrevivência podem ser definidas como “[...] um conjunto de qualidades, características físicas, socioeconômicas e naturais, redes sociais, e acesso a serviços e elementos necessários à sobrevivência”, os quais são nominados “capitais”. A abordagem, embasada na abordagem de *livelihood* (BEBBINGTON, 1999), conduziu as análises apresentadas neste artigo.

Há uma produção sobre esta temática voltada para a Amazônia de Fronteira (LOMBARDI, GUEDES, BARBIERI, 2015; LOMBARDI, 2014; KIRSCH; FILIPPI, 2018). Algumas pesquisas também foram desenvolvidas sobre estratégias de sobrevivência de comunidades do Delta do rio Amazonas. Silva et al. (2016, p. 166), ao estudarem os moradores da vila Maiauatá, Igarapé-Miri (PA), perceberam que há “[...] um modo diversificado e complexo de sobrevivência”, a partir da utilização e comercialização dos produtos da floresta, sendo que quase todos os entrevistados afirmaram que o açaí se relaciona ao seu modo de vida ribeirinho. Arzeni e Jardim (2004), ao pesquisarem os tipos de relações e a importância relativa das atividades agroextrativistas nas comunidades do rio Marajói, em Gurupá (PA), perceberam que há uma diversificação de atividades de geração de renda (frutos, palmito e madeira) e para o autoconsumo. A comunidade conseguiu romper com os intermediários e melhorar os rendimentos da população. Murrieta *et al.* (1989) estudaram a diversificação das atividades produtivas e extrativistas das famílias no rio Marajó-Açu, em Ponta de Pedras (PA). Para os autores, naquele momento, observava-se algumas mudanças nos padrões de subsistência da população ribeirinha, de um sistema mais coletivo de coleta, pesca, caça e agricultura, para uma tendência de abandono de roças e intensificação da produção de açaí, com manejo, para atender uma demanda de consumo do produto, que se mostrava crescente no final dos anos 1980.

Para a região do Delta, não foram encontradas publicações sobre estratégias de sobrevivência da população urbana de pequenas cidades. Entretanto, para fins de discussão, como mencionado, foi selecionado o arcabouço conceitual de Lombardi (2014), que considera estratégia de sobrevivência a partir do nível domiciliar.

Para este artigo, optou-se por analisar as estratégias de sobrevivência de moradores de cidades ribeirinhas, relacionadas aos recursos de subsistência (capitais ou ativos), discutidos por Meikle, Ramasut e Walker (2001), Osman e Abdelkarem (2011), Lombardi (2014), Lombardi, Guedes e Barbieri (2015), classificados como capital natural, físico, social, humano e financeiro.

O capital natural é composto pelos recursos naturais (terra, flora, fauna, água, ar e serviços ambientais), que dão origem aos meios de subsistência (BHANDARI, 2013). Em algumas regiões, os recursos naturais (rios e florestas), apesar da sua pouca relevância em áreas urbanas, são utilizados, por alguns moradores pobres urbanos, como fonte de água para consumo, banho, lavar louça e roupa, pesca etc (MEIKLE, RAMASUT e WALKER, 2001; RAKODI, 1999). Cabe mencionar que os recursos das florestas são fundamentais para muitos moradores das pequenas cidades. Neste aspecto, a possibilidade de acessar o capital físico é uma estratégia essencial para redução da pobreza familiar (RAKODI, 1999), pois, além de apoiar os meios de subsistência existentes (OSMAN e ABDELKAREM, 2011), também pode proporcionar outras opções (RAKODI, 1999). Este capital está representado

pela infraestrutura e os equipamentos, tais como as estradas, veículos automotores, animais, obras hidráulicas, ferramentas, imóveis etc (OSTROM e AHN, 2003a), sendo utilizados como estratégia nas áreas rurais e urbanas (OSMAN e ABDELKAREM, 2011).

A organização social relaciona-se ao capital social, o qual contribui com a cooperação espontânea da sociedade. Essa rede de apoio coletivo pode existir dentro da unidade familiar ou em comunidades (MEIKLE; RAMASUT; WALKER, 2001), contendo as relações sociais em todos os níveis (RAKODI, 1999). Para Bhandari (2013), as redes e conexões aumentam a confiança e a capacidade das pessoas para trabalhar em conjunto e expandir seu acesso a instituições mais amplas. Camarano e El Gahouri (1999) explicam que os idosos cumprem uma função de suporte das unidades domiciliares, compondo o capital social e fazendo parte das estratégias de sobrevivência familiar.

O capital humano tem maior relação com as características individuais de cada integrante da unidade doméstica (LOMBARDI; GUEDES; BARBIERI, 2015), e as formas se distinguem entre si (OSTROM; AHN, 2003a, OSTROM; AHN, 2003b). O capital humano é composto pela quantidade e qualidade da mão de obra disponível, além do nível educacional, das habilidades, do conhecimento e do estado de saúde (SITOE, 2011).

O capital financeiro caracteriza a forma como as unidades domésticas conseguem obter algum tipo de renda (LOMBARDI, 2014). Para os pobres, o capital financeiro derivado da venda de sua mão de obra é um importante recurso para a manutenção da sua sobrevivência (MEIKLE; RAMASUT; WALKER, 2001). Ou seja, o capital financeiro é um recurso utilizado pelas pessoas com o objetivo de atingir as estratégias de sobrevivência. Não se pode esquecer que os programas sociais do Governo Federal, como o “Bolsa Família” e o “Seguro Defeso”, são destinados a uma “[...] população economicamente desfavorecida e compõe, de fato, a renda daqueles que encontram-se (*sic*) em situação de vulnerabilidade” (SILVA, 2018, p.194), portanto são componentes fundamentais na composição do capital financeiro, não só da região Amazônica, mas para o país como um todo (CORREIA; OJIMA; BARBIERI, 2020).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada, que originou este artigo, foi de natureza aplicada, a qual utiliza uma abordagem quali-quantitativa, com finalidade descritiva e analítica, seguindo um procedimento de levantamento de dados (*survey*), com aplicação de formulários e realização de entrevistas. A pesquisa qualitativa se manifesta no estudo de caso e a quantitativa foi utilizada na definição da amostragem para a aplicação de formulários e no processo de tabulação dos dados.

Para poder compreender de que maneira os moradores de várzea urbana estabelecem suas estratégias de sobrevivência, foi definido a unidade doméstica como o referencial de análise, entendendo que desta maneira poderia se identificar quais os recursos mais utilizados pelo grupo que compartilha a moradia, além de levantar se existem conexões familiares de dependência e reciprocidade entre as áreas rural e urbana. De acordo com Lombardi, Guedes e Barbieri (2015, p. 173), “[...] as estratégias de sobrevivência oferecem flexibilidade para testar diferentes conjuntos de capitais cuja conjunção ou falta revelariam relações diversas com o lugar em que vivem indivíduos, unidades domésticas, ou famílias”.

Foram realizadas entrevistas, com representantes do poder público municipal, dos dois municípios, e aplicados formulários aos domicílios urbanos, nos setores censitários das cidades (IBGE, 2010a), relacionados aos bairros da pesquisa. Esses procedimentos foram aprovados pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Paraíba, processo nº 17300213.9.0000.5503.

Os formulários foram aplicados durante trabalhos de campo, realizados em janeiro e julho de 2016, quando foram definidos os bairros que seriam estudados - Capim Marinho (Afuá), e Carnapijó (Ponta de Pedras). Os bairros foram selecionados por ocuparem a várzea urbana nas duas cidades e por permitirem fazer um contraponto entre os moradores de várzea urbana de uma cidade com economia urbana fortemente relacionada aos recursos da floresta, como é o caso de Ponta de Pedras, e uma outra cidade onde predomina o comércio e serviços como economia urbana. Estas situações podem se refletir na estratégia de sobrevivência dos moradores. Neste caso, optou-se por trabalhar com dois bairros de várzea por ter sido detectado que estes moradores possuíam vínculos com comunidades ribeirinhas. Ressalta-se que esta pesquisa foi encerrada, na perspectiva de levantamento de dados, no ano de 2019 e que, em função da situação pandêmica, as análises somente foram finalizadas após 2020. Assim, não foi possível verificar os efeitos da gestão do governo Bolsonaro nas políticas locais.

O bairro Carnapijó, de Ponta de Pedras, localiza-se na área de várzea da cidade. A cidade de Afuá, por sua vez, está totalmente sobre a várzea, sendo que o bairro Centro se refere à área urbana de ocupação antiga e mais consolidada. O bairro Capim Marinho, selecionado para esta pesquisa, ocupa a maior parte da várzea urbana, e foi formado após o ano de 2000, predominantemente, por ex-moradores do Parque Estadual Charapucu.

Para a aplicação dos formulários, utilizou-se uma amostragem aleatória estratificada, baseada na proposta de Krejcie e Morgan (1970), distribuindo-os para 10% dos domicílios existentes em cada setor censitário. Para a cidade de Afuá, foram aplicados 153 formulários, que representam 17% dos domicílios urbanos existentes nos setores 5 e 27, relacionados ao Capim Marinho. Na cidade de Ponta de Pedras, foram aplicados 129 formulários,

representando 16% do total de domicílios dos setores 2 e 22, referentes ao bairro Carnapijó (IBGE, 2010b). Os formulários foram aplicados apenas aos chefes de família (critério de inclusão do participante).

O objetivo dos formulários foi levantar o perfil socioeconômico do morador (sexo, idade, estado civil, origem, escolaridade do chefe de família, ocupação profissional) (IBGE, 2007), fonte de renda familiar, composição da família (número de membros, faixas etárias, ocupações, relações com outros membros familiares, sua frequência e motivos para tal), situação da unidade doméstica (condição da propriedade, tipo de uso da terra na propriedade, outros bens etc.) e redes sociais (extensão, tipo de relação que se estabeleceu com estes familiares). Entre estes dados, objetivou-se levantar os diferentes elementos que compõem as estratégias de sobrevivência. Esta definição baseou-se na pesquisa de Lombardi, Guedes e Barbieri (2015), que utilizam os capitais humano, social, financeiro, físico e natural, nas seguintes unidades domiciliares: unipessoal/duplo, monoparental e compartilhada, considerando a população economicamente ativa (PEA). De acordo com o IBGE (2010b, s/p), unidade domiciliar é o “[...] domicílio particular ou a unidade de habitação em domicílio coletivo”, sendo domicílio particular o local onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado “[...] por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência”. Neste artigo, são abordadas as estratégias de sobrevivência nas unidades domiciliares compartilhadas, que representam a maioria das unidades, em ambas as localidades.

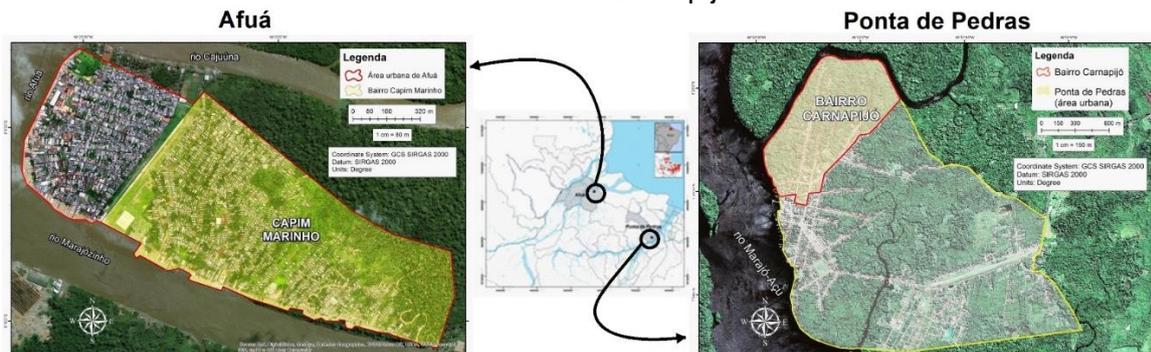
CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS CIDADES DE ÁFUÁ E PONTA DE PEDRAS

Nesta pesquisa, são estudadas duas cidades ribeirinhas, localizadas no estado do Pará (Figura 1), para uma análise empírica/comparativa, Afuá e Ponta de Pedras, que possuem bairros que estão sob constante influência das marés. A cidade de Afuá localiza-se, aproximadamente, a 75 quilômetros, em linha reta, da cidade de Macapá, estando mais próxima da capital do Amapá, do que de Belém, capital do estado do Pará. A área urbana da cidade é dividida em dois bairros: Central e Capim Marinho. A cidade é acessada, apenas, por via fluvial ou aérea e está adaptada ao meio ambiente, tendo seu ritmo de vida condicionado pelo movimento das águas. De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010b), o município possuía 35.042 habitantes, sendo que 27% residiam na área urbana e 73% na área rural. É uma cidade sobre estivas, pois ocupa uma área de várzea (Figura 2).

Com relação ao bairro Capim Marinho esse bairro é originário de uma ocupação, que se iniciou em meados dos anos 2000, sobre a qual o poder público não teve controle. Essa área foi ocupada, aos poucos, por moradores do interior do município. No bairro, a água não está disponível para todos os domicílios; os moradores que recebem água compartilham, de

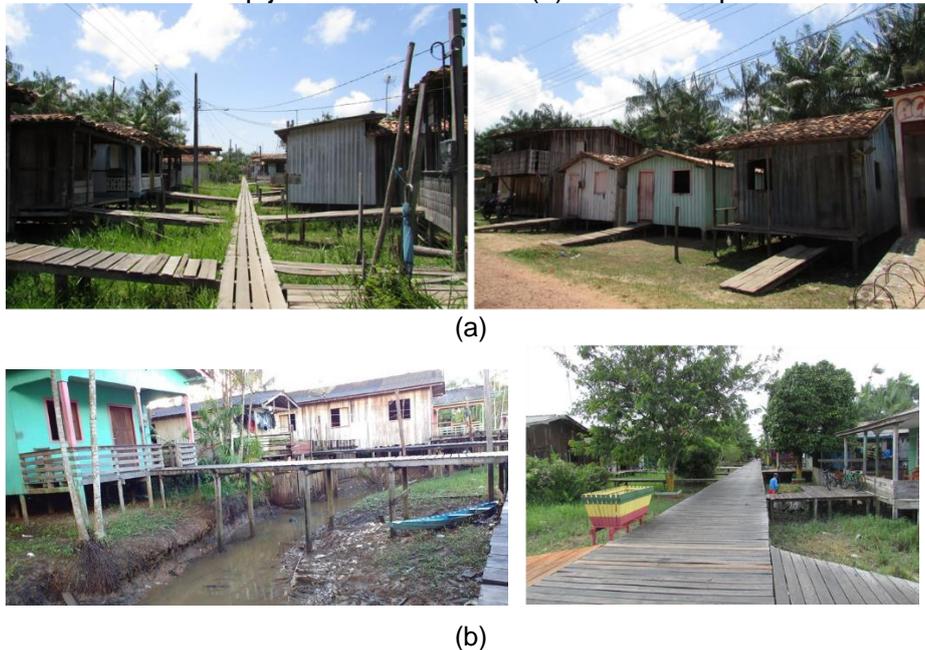
maneira irregular, com os vizinhos. O bairro Capim Marinho não difere muito de outros bairros periféricos das cidades ribeirinhas amazônicas, pois nesse local também há infraestrutura básica precária, pouco comércio e emprego. Essa paisagem tem suas particularidades, no sentido do cuidado, tanto pelo poder público quanto pelos moradores, na manutenção da várzea, reforçando as observações de Cardoso, Vicente e Brito (2021).

Figura 1 – Localização das cidades de Afuá e Ponta de Pedras e dos bairros Capim Marinho e Carnapijó



Fonte: elaborado pelos autores (2019), a partir de dados do IBGE (2010a).

Figura 2: Bairro Carnapijó-Ponta de Pedras (a) e bairro Capim Marinho-Afuá (b)



Fonte: Acervo dos autores, construído a partir de trabalho de campo, realizado em 2018.

O município de Ponta de Pedras está localizado há duas horas de barco da cidade de Belém, na Ilha de Marajó. O município possui área total de 3.365,148 quilômetros quadrados, sendo menos de 1% ocupado pelo perímetro urbano. Em 2010, a população total era de 25.999 habitantes, distribuídos entre a área urbana, 48%, e a área rural, 52% (IBGE, 2010b).

Como outras pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia, a cidade de Ponta de Pedras se destaca pela sua paisagem, num misto de vida urbana com vida rural (Figura 2). Para Valota (2015, p. 47), uma parcela da população que vive em ambientes de várzea urbana possui “um modo de vida rural”, motivado pelas práticas tradicionais ribeirinhas, “caracterizando o rural no urbano e vice-versa”. Essa característica de cidade ribeirinha pode ser encontrada, principalmente, no bairro Carnapijó, por ser esse local um ambiente de várzea, com influência do movimento das marés e existência de açazais e igarapés.

É nas realidades desses bairros, Capim Marinho e Carnapijó, onde reside uma população em situação de vulnerabilidade socioambiental, que se concentrou o estudo desse artigo, para a análise das estratégias de sobrevivência, por meio das unidades domésticas (UD). É possível observar que o ensino fundamental é o nível predominante nas UD (44,2%, no Capim Marinho, e 61,1%, no Carnapijó), demonstrando que a maioria das pessoas adultas não foi além desse nível educacional. A distribuição de ocupações por setor da economia deixa claro que, no bairro Capim Marinho, os moradores desenvolvem atividades, em maior proporção (30,2%), no setor terciário, predominando os serviços e comércio. Apesar de a cidade estar toda assentada sobre a área de várzea, nota-se que, referente aos tipos de ocupação profissional, o setor primário é pouco expressivo nesse local (4,7%), ficando logo atrás do setor secundário (5,4%). A quantidade de donas de casa, somada ao de pessoas que não trabalham e as que estão desempregadas, alcança 40,9%.

No bairro Carnapijó predomina o setor primário como principal vínculo de ocupação profissional de quase metade da população que reside na várzea urbana (48,1%), que faz uso das práticas tradicionais ribeirinhas (pesca, sistema agroflorestal, agricultura etc.). As ocupações profissionais no setor de serviços e comércio, diferentemente do bairro Capim Marinho, é desempenhado por 10% dos moradores, ficando atrás daqueles que recebem benefícios e que são donas de casa (13,6% e 10,3%). A população dos dois locais pode ser considerada de baixa renda, uma vez que a maior parte das UD possui até um salário-mínimo como rendimento mensal. Para o bairro Capim Marinho, 64,1% das UD recebem até um salário-mínimo. No caso do bairro Carnapijó, essa situação é mais complexa, pois 55% das UD possuem rendimentos de até meio salário-mínimo (em 2018, 1 S.M. = R\$ 954,00), demonstrando a situação de pobreza existente em ambos os locais.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS MORADORES DA VÁRZEA URBANA EM UNIDADES DOMÉSTICAS COMPARTILHADAS – UMA ANÁLISE COMPARATIVA

No bairro Capim Marinho, com relação ao chefe do domicílio, estabelecido por autodeclaração, 67% das residências são administradas por homens, enquanto as casas comandadas por mulheres somam 33%. A média de morador por UD é de 4,82 indivíduos,

sendo que em 60% das casas residem até cinco pessoas, em 31,3% das casas moram entre seis e 10 pessoas, e em 2,2% das casas moram mais de 10 pessoas. Em 6,5% das casas reside apenas uma pessoa. No bairro Carnapijó foi identificado que 78,3% das casas possuem homens como chefes do domicílio, e 21,7% das unidades domésticas possuem mulheres no comando familiar. Em 62,5% das casas moram até cinco pessoas, em 20,5% das casas moram de seis a 10 pessoas, e em apenas em 0,8% das casas moram 12 pessoas, sendo que a média é de 4,1 moradores por UD. Foram quantificadas 6,2% das casas com apenas um morador. Assim, para os dois bairros, predominam as UD compartilhadas (mais de 90%, nos dois bairros).

No bairro Capim Marinho, 62,9% dos moradores nasceram na cidade de Afuá, 13,3% nasceram no interior do município ou no interior de outros municípios, 22% nasceram na área urbana de outros municípios ou estados, e 1,8% não informaram sua origem, demonstrando que o bairro é predominantemente de origem urbana. Entretanto, apesar de alguns moradores informar o local de origem como sendo urbano, muitos alegam que, não necessariamente, viveram onde nasceram. Contudo, aproximadamente, 36,7% dos residentes deste bairro viveram um período de suas vidas no interior dos municípios.

No bairro Carnapijó, localizado em Ponta de Pedras, 38,7% dos chefes de famílias entrevistados nasceram na própria cidade, 38,1% nasceram no interior do município de Ponta de Pedras ou no interior de outros municípios, 22,5% nasceram na área urbana de outros municípios e 0,7% dos moradores não responderam. Porém, semelhante à situação de Afuá, no bairro Carnapijó algumas pessoas que nasceram na cidade de Ponta de Pedras ou em outras cidades, passaram parte de suas vidas residindo no interior do município. Ou seja, aproximadamente 57,3% destas pessoas passaram um período de suas vidas morando na área rural desde o nascimento, e somente em outro momento se mudaram para a cidade. Essas informações são importantes porque delineiam estratégias de sobrevivência urbana, fortemente, vinculadas aos valores rurais, como se observa em outras localidades da Amazônia. A próxima sessão desse artigo apresenta uma análise comparativa das unidades domésticas compartilhadas.

Características Gerais das UD's dos bairros Capim Marinho e Carnapijó

As unidades domésticas compartilhadas representam as UD compostas por grupos familiares que possuem o casal como os principais responsáveis pela criação dos filhos. No bairro Capim Marinho esta categoria é a mais populosa, com 555 moradores distribuídos em 104 UD, com uma média de 5,3 pessoas por UD. Essa categoria, praticamente, possui a mesma proporção entre o sexo da sua população, estando dividido em 50,1% para homens e 49,9% para mulheres. Na composição das UD, observou-se que, neste bairro, o número de

moradores idosos é pequeno, totalizando 5,1%, as crianças somam 37,3% e os jovens/adultos representam 56,4% do total, e apenas 1,2% não responderam. Desta maneira, praticamente 2,3 pessoas trabalham para manter um morador na dependência.

A categoria compartilhada é também a maior porcentagem das UD entrevistadas no bairro Carnapijó, com uma população de 367 pessoas distribuídas em 78 UD, as quais possuem uma média de 4,7 pessoas por moradia. O grupo etário está dividido em 28,1% de crianças, 63,7% de jovens/adultos e 8,2% de idosos. Se comparada às demais faixas etárias deste bairro, os idosos são os menos representativos, em proporção, para a categoria compartilhada, porém, se somados ao número de crianças, a razão de dependência é de 1 dependente para cada 2,7 pessoas trabalhando. Entretanto, muitos desses idosos são importantes para composição da renda familiar. A distribuição pelo sexo é equilibrada, apresentando 51,2% de homens e 48,8% de mulheres. Com relação ao estado civil dos moradores, 48,5% são casados e 51,5% solteiros.

Em relação ao bairro Capim Marinho, considerando a distribuição das ocupações profissionais, exercidas nas UD, referente à PEA, foi observado que nesta categoria também predomina o setor terciário, sendo que 23,4% dos moradores exercem alguma função no comércio ou serviços. Para o setor primário, somente 5,5% desempenham atividades relacionadas à agricultura, pesca ou extração de açaí. Em apenas 1,9% das UD, pessoas informaram praticar a pesca como ofício. Em geral, esta prática é utilizada para complementar a dieta alimentar da família, ocorrendo, com mais frequência, no período de até um mês. Apesar de um pequeno grupo informar que tem na pesca a sua profissão, em 47,1% das UD foi informado que pelo menos um morador às vezes pesca, mesmo não sendo pescador. Quanto à origem da fonte de renda para as UD, nota-se que está mais vinculada às ocupações no setor de serviços e comércio.

No bairro Carnapijó, considerando as ocupações profissionais, as mais usuais, entre a PEA, estão relacionadas ao setor primário (51,5%), seguidos pelo setor de comércio e serviços, com 9,1%. Essa situação se reflete nos rendimentos das famílias, pois 60,3% das UD possuem rendimentos de até meio salário-mínimo mensal, sendo que 71% desse total exercem funções no setor primário, como, por exemplo, a pesca. Desta maneira, o saber ribeirinho com relação às práticas tradicionais é pouco valorizado na cidade, e, de acordo com Lima e Andrade (2010), essa é uma situação que traz certa angústia ao morador, pois seu conhecimento não agrega valor à cultura urbana no que diz respeito às ocupações remuneradas. Mesmo os rendimentos para as UD compartilhadas sendo baixos, ainda há uma contribuição de benefícios do governo e aposentadorias. No entanto, parte deste recurso funciona como um complemento de renda familiar, ao invés de atender às necessidades do idoso. A situação das pessoas que não recebem recursos é relevante

nesta categoria, visto que 34,6% dos chefes de domicílios afirmaram estar desempregado (1,3%), serem donas de casa (10,8%) ou não trabalharem (22,5%).

Uma questão levantada, para os chefes de família dos dois bairros, diz respeito à importância do Bolsa Família para a renda familiar, assim como da pesca e, para os pescadores, perguntou-se se eles possuíam barco. O objetivo foi verificar a importância deste bem para as famílias e para a realização da atividade. No Capim Marinho, apenas 19,2% do total de pescadores possuía barco. Também foi informado que quando necessário se faz uso de embarcação de amigos ou familiares. Do total de UD que informaram ter pescadores, apenas em 5,8% há, pelo menos, uma pessoa que recebe o benefício do Seguro Defeso. Além da possibilidade de exercer a prática da pesca, 22,1% das UD também fazem uso de outros recursos naturais, como, por exemplo, extração de madeira e produtos para alimentação (açai, frutos e caça).

No bairro Carnapijó, o Bolsa Família era pouco representativo para as 83,3% UD que possuem pescadores. Entende-se ser a pesca uma forma de ganhar a vida, visto que é possível obter rendimentos por meio do pescado, complementar a alimentação da família, além de receber o benefício do seguro defeso, acessado por 61% do total de pescadores. Em 92,3% dessas UD, eles utilizam os rios para essa prática. Para todas as UD que possuem pescadores, 53,9% utilizam o pescado para consumo e 44,6%, além de consumir, também vendem parte da pesca. Neste bairro observou-se, ainda, que além do recurso da pesca, 32% das UD fazem uso de outros recursos da natureza para consumo, sendo o açai o único citado. Nem todas as UD com pescadores possuem uma embarcação para auxiliar na pesca, precisando recorrer à utilização do barco de um parente ou amigo para exercer o ofício. Segundo os dados, somente 48,7% das UD possuem um barco, e esse valor equivale a pouco mais da metade do número de pescadores, enquanto 25,6% das UD utilizam o barco emprestado.

No Bairro Capim Marinho, observa-se elevado número de pessoas que não possuem ocupação, seja por desempenharem funções domésticas, em casa (26,3%), ou por estar sem emprego (25,4%). As mulheres não exercem muitas ocupações, considerando que totalizam 62% das pessoas que não exercem nenhuma ocupação remunerada. Os baixos salários também predominam nesta categoria compartilhada, com 56,7% das UD recebendo até um salário por mês. O rendimento mensal predominante nas UD não ultrapassa o valor de um salário-mínimo. O Bolsa Família contempla mais da metade das UD, da categoria compartilhada (57,7%). Para as UD compartilhadas do bairro Carnapijó, observa-se que o número de mulheres que fazem parte da PEA e estão fora do mercado de trabalho é representativo, alcançando o valor de 66,2% das pessoas que não possuem nenhuma ocupação remunerada. Praticamente, 72% das UD da categoria compartilhada recebem Bolsa Família, sendo que, para 37% das UD esta é a principal fonte de renda.

Foi perguntado aos chefes de família os motivos para residirem no bairro. No Capim Marinho, os motivos estão relacionados, principalmente, a necessidade de ter a casa própria, sendo que algumas UD foram adquiridas no período de ocupação do bairro. Apesar de muitos moradores estarem satisfeitos com o local de moradia, um pequeno grupo de UD (6,7%) afirma que gostaria de voltar a morar no interior, pois acreditam ser melhor para se viver nessas localidades, e 8,7% gostariam de morar na área central da cidade. Para mais de 60% das UD do bairro Carnapijó, os estudos dos filhos foi o principal motivo de mudança para a cidade. A escolha do bairro para residir, segundo 25,6% das UD, ocorreu em função de seus familiares residirem no bairro, ou mesmo os parentes serem moradores anteriores da casa. Outro fator que incentivou a escolha pelo bairro, para 23,1% das UD, além da relação familiar, foi a questão econômica, em função de existirem, no local, imóveis mais baratos.

Em ambos os bairros, foi possível encontrar muitas famílias pobres e, às vezes, em situação de miserabilidade, pois há casos em que moram mais de 10 pessoas na mesma UD, sobrevivendo com apenas meio salário-mínimo. Desta maneira, o que lhes resta é alguma ajuda de amigos ou parentes, quando possível. No bairro Capim Marinho, apenas 35,6% das UD compartilhadas disseram que conhecem alguém na cidade que os ajuda. Pouco menos da metade das UD informaram que possuem esse tipo de relação com outras UD, nas quais tem a liberdade de relacionamento, como se estivessem nas suas casas. Essa liberdade citada está mais próxima dos familiares, somando 62,2% das UD que podem estabelecer esse vínculo sem receio. Apesar da pouca ajuda que ocorre entre as UD e os familiares e amigos do bairro, inclusive os parentes do interior, observa-se a sua existência, na forma de solidariedade, diferentemente das ajudas institucionais, as quais quase não se presencia, com exceção de uma UD que recebe leite da Pastoral da Criança.

Em relação a este aspecto, no bairro Carnapijó, observou-se que pouco mais da metade das UD afirmaram que podem contar com ajuda de alguém caso seja necessário, sendo essa pessoa alguém da família (41%) ou algum amigo (15,4%). Esses números demonstram que as relações são mais estreitas com os parentes do interior do município do que com os vizinhos e parentes que residem na cidade. Inclusive, apenas 34,6% das UD informaram que consideram outras casas como se fossem a extensão da sua, principalmente as casas de parentes. Também não foi identificado nenhuma instituição (religiosa ou ONG) que ajuda os moradores.

Foi constatado, no bairro Carnapijó, um descontentamento em algumas UD com relação a morar neste bairro ou mesmo na cidade, considerando que 44,9% das UD manifestaram o desejo de morar em outro local. Para o grupo que demonstrou interesse em se mudar do bairro, 28,6% afirmaram que tinham interesse em voltar a morar no interior, em função dos recursos naturais disponíveis. Essa situação se torna compreensível quando se

observa que mais da metade dessa população é de procedência rural. Porém, em função do bairro estar localizado em área de inundação das marés, 40% das UD afirmaram ter o desejo de se mudar para a terra firme, posto que o local é periodicamente alagado e enche de lama. Há diversos motivos que motivam alguns moradores de terem o desejo de retornar às suas origens rurais, seja pela falta de ocupações remuneradas ou baixos rendimentos, ou até mesmo pela infraestrutura urbana básica, que lhe é de direito, mas que é precária ou inexistente em vários bairros.

Uma discussão sobre as estratégias de sobrevivência dos moradores dos Bairros Capim Marinho e Carnapijó

Alguns autores (CASTRO, 2008; TRINDADE JÚNIOR, 2015; MONTOIA, 2018) afirmam que mesmo que as cidades ribeirinhas amazônicas possuam um caráter urbano, ainda há forte interação com o meio rural, situação denominada por Monte-Mór (1994) como urbanização extensiva. Estas relações estão expressas no cotidiano do cidadão ribeirinho que ora utiliza a estrutura urbana e seus serviços, ora pratica atividades relacionadas ao rural, o que cria diferentes estratégias de sobrevivência. Nos bairros estudados, a origem da população, fortemente relacionada às cidades, sedes dos municípios, não exclui as vivências rurais, que conduzem a estratégias de sobrevivência que incluem não apenas os capitais, mas também as redes sociais, representadas pela multilocalização de residências. Como observado por Padoch et al. (2008), para algumas famílias que vivem na Amazônia uma das estratégias de sobrevivência utilizada refere-se à ajuda mútua, em que as doações de alimentos, roupas, dinheiro e remédios, entre outros, ocorrem com alguma periodicidade entre a cidade e o campo.

Assim, observa-se que as estratégias de sobrevivência dos moradores de várzea, das duas cidades estudadas, estão relacionadas às ações que as UD escolheram, como soma de aptidões que contribuem para seu meio de subsistência, conforme discutido por Lombardi (2014), Osman e Abdelkariem, (2011) e Chambers e Conway (1991). Importante mencionar que a estrutura e a composição domiciliares são elementos importantes para as estratégias de sobrevivência, como demonstraram Camarano e El Gahouri (1999). No caso desta pesquisa, a unidade domiciliar se mostrou ter uma importante função na captação do capital social.

Como foi verificado por Silva et. al. (2016, p.166), esta população possui “[...] um modo diversificado e complexo de sobrevivência”, que se relaciona ao seu modo de vida ribeirinho. Desta maneira, essa forma de viver identifica esse morador ribeirurbano, que pode ser explicitada em suas práticas cotidianas e pelo espaço produzido pelas relações sociais no

ambiente em que vive. É possível distinguir as duas cidades em função das formas de estratégias de sobrevivência, entendendo que os moradores da várzea do bairro Capim Marinho, em Afuá, estão mais relacionados às atividades econômicas presentes no setor terciário (estratégia urbana), apesar de algumas pessoas utilizarem os recursos naturais, por meio das práticas tradicionais ribeirinhas. No bairro Carnapijó, as atividades econômicas estão divididas entre o setor primário (prática da pesca, agricultura e sistema agroflorestal intensivo) e as atividades desenvolvidas no setor de serviços e comércio (serviços públicos e trabalhos informais), identificado por estratégia híbrida, apesar do número de pessoas que não trabalham ou estão desempregadas.

Para o bairro Capim Marinho, o capital financeiro, caracterizado como a forma como as unidades domésticas conseguem obter algum tipo de renda (LOMBARDI, 2014), é o mais influente na vida da população, pois é por meio das ocupações remuneradas, benefícios do governo e aposentadoria que as UD conseguem se organizar com a manutenção da sobrevivência da família. Ou seja, o capital financeiro é um meio utilizado pelos moradores para atingir as estratégias de sobrevivência. No caso do bairro Carnapijó, fica evidente que o capital natural é o mais influente na vida desses moradores, pois é por meio das atividades no setor primário que a maior parcela dessa população consegue construir seus rendimentos mensais e retirar parte de sua alimentação. O capital natural, neste sentido, é composto pelos recursos naturais (rios e florestas), utilizados, por alguns moradores, para consumo, higiene pessoal, geração de renda, pesca etc., como foi ressaltado por Meikle, Ramasut e Walker (2001) e Rakodi (1999). Um aspecto a ser ressaltado refere-se à contribuição e importância dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Seguro Defeso, para a composição do capital financeiro das UD, conforme verificado por Correia, Ojima e Barbieri (2020) e Silva (2018). Foi observada uma diferença entre os dois bairros estudados, em relação à importância destes benefícios para a composição do capital financeiro. No bairro Carnapijó, em Ponta de Pedras, o Bolsa Família é acessado pela maioria das UD (mais de 72%), entretanto, apenas para 37% esta complementação é fundamental para as famílias, enquanto o seguro defeso atinge 61% das UD, e é apontado por eles como sendo muito importante para a renda familiar. No Bairro Capim Marinho, em Afuá, o Bolsa Família contempla mais da metade das UD (57,7%) e para 56% destas constitui-se em uma importante fonte de renda. Contudo, apesar da atividade da pesca ser fonte de renda para 21,4% dos domicílios, em 5,8% das UD há ao menos um pescador que recebe seguro defeso. Na cidade em que as atividades no comércio são importantes para a produção do capital financeiro, como Afuá, estes programas sociais não se apresentam como fundamentais para a composição da renda.

Outra parcela da população do bairro sobrevive por influência do capital financeiro, originário dos empregos informais ou no funcionalismo, e os benefícios do governo. Assim

como em Afuá, no bairro Carnapijó a casa é praticamente o único bem material de maior valor que a população possui, demonstrando a presença do capital físico no bairro. Ao tentar identificar se moradores de origem rural ainda fazem uso das mesmas estratégias de sobrevivência utilizadas nas comunidades ribeirinhas, observou-se que a população mais jovem, mesmo morando na cidade, tem se utilizado das práticas tradicionais ribeirinhas como estratégias de sobrevivência. As relações sociais relacionadas ao capital social, consideradas como rede de apoio coletivo por Meikle, Ramasut e Walker (2001), foram observadas no estudo desenvolvido, entretanto, funcionam mais como manutenção de laços familiares do que como trabalho em conjunto, como estratégia de sobrevivência.

Considerando estes aspectos, observa-se que, como mencionado por alguns autores (LOMBARDI, 2014; LOMBARDI, GUEDES e BARBIERI, 2015; MEIKLE, RAMASUT e WALKER, 2001), os capitais, quando utilizados em conjunto, contribuem com mais eficácia para aumentar as possibilidades de sobrevivência alimentar da unidade doméstica. Principalmente, quando na unidade doméstica há número considerável de capital humano dentro da faixa etária da PEA, e esse grupo possui forte capital social, que influencia na conquista do capital financeiro, por meio de empregos e rendimentos. Entretanto, não necessariamente a unidade doméstica que consegue reunir no mesmo grupo familiar os capitais humano e social alcançará seu objetivo de sobrevivência, pois, até o momento, é fraca a capacidade destas cidades ribeirinhas em oferecer oportunidades de emprego para parcela considerável da população, seja no funcionalismo público ou no setor de comércio. Nesse sentido, a capacidade de fazer uso do capital natural aliada aos demais capitais, quando possível, colabora com as estratégias de sobrevivência familiar, seja para consumo ou geração de renda. Assim, pode-se afirmar que: a) o que importa é a composição relativa de capitais, e não seus valores absolutos (ou seja, a composição de diferentes capitais é o que favorece as estratégias de sobrevivência); b) há uma sinergia entre dois ou mais tipos de capitais, por exemplo, o acesso a capital social favoreceu a maximização de capital financeiro; 3) o acesso a um tipo de capital não necessariamente implica que ao domicílio deriva algum tipo de retorno (por exemplo, maiores níveis de escolaridade não maximizam retorno em capital humano se não houver mercados laborais que demandam maior qualificação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de sobrevivência da população, que nasceu urbana e sempre viveu nestas cidades, ocupando as áreas de várzea, é uma das questões que merecem compreensão, pois expressam o modo de vida ribeirinho. Neste sentido, essa pesquisa percebeu que as estratégias de sobrevivência se relacionam, fundamentalmente, aos

capitais econômicos. Foi possível perceber modelos de estratégias de sobrevivência diferenciados para as duas cidades, pois os moradores da várzea do bairro Capim Marinho, em Afuá, estão mais relacionados ao capital financeiro e, no bairro Carnapijó, o capital natural é mais importante para os moradores.

Há de se destacar que as estratégias de sobrevivência não estão relacionadas somente com os tipos de capitais. A forma como as unidades domiciliares se compõem também é importante no processo de captação do capital social. Apesar de não ter sido explicitado pelos moradores como estratégias de sobrevivência, as redes familiares, representadas pela multilocalização de residências entre a cidade e o campo, são fundamentais para a manutenção dos laços familiares e do modo de vida ribeirinho.

O morador urbano das cidades amazônicas, principalmente das pequenas cidades ribeirinhas, possui certas particularidades que não são observadas em outras cidades brasileiras. Este artigo trouxe um exemplo desta particularidade, as estratégias de sobrevivência, as quais são fundamentais para subsidiar políticas de inclusão socioeconômica e redução de desigualdade e pobreza. Neste aspecto, se faz necessário pensar políticas públicas de acordo com a realidade biossocial destes lugares.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Augusto de Carvalho. O modo de vida e o processo de transumância do ribeirinho urbano diante das cheias e vazantes na Amazônia paraense. O Olhar das Ciências Sociais Sobre as Populações Costeiras e Ribeirinhas. Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 37^o. **Anais**. p. 1-30. 2013. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/spg-2/spg13-2/8734-o-modo-de-vida-e-o-processo-de-transumancia-do-ribeirinho-urbano-diante-das-cheias-e-vazantes-na-amazonia-paraense/file>>. Acesso em: 03 ago. 2018.
- ARZENI, Simone; JARDIM, Mario Augusto Gonçalves. Estratégias de sobrevivência em comunidades agroextrativistas do Estuário Amazônico. In: JARDIM, Mario Augusto Gonçalves; MOURÃO, Leila; GROSSMANN, Monika. **Açaí (Euterpe oleracea Mart.): possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 253-274.
- BEBBINGTON, Anthony. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**. 1999; 27(12):2021–2044.
- BELLO, Leonardo Augusto Lobato; HÜFFNER, João Gabriel P. Análise dos impactos ambientais da expansão urbana na ilha de Cotijuba, Belém-PA. **Caminhos de Geografia**, v. 13, n. 44, p. 286–298, 2012.
- BHANDARI, Prem B. Rural livelihood change? Household capital, community resources and livelihood transition. **J Rural Stud**. 2013, 32, p 126–136.
- CAMARANO, Ana Amélia; EL GAHOURI, Solange Kanso. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: CAMARANO, Ana Amélia. (Ed.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.281-343.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VICENTE, Letícia Ribeiro; BRITO, Romário. Espacialidades da Várzea Amazônica: os Casos de Afuá, Mocajuba e Belém. **Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo**, [S. l.], n. 29, 2021. p. 1-14. Disponível em:

<<https://www.periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/35054>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CASTRO, Edna Maria Ramos. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna Maria Ramos. **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 13-39.

CHAMBERS, Robert; CONWAY, Gordon R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **Institute of Development Studies**. 5 out. 1991. p. 1-33. Disponível em: <<https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/775/Dp296.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

CORREIA, Isac Alves; OJIMA, Ricardo; BARBIERI, Alisson Flávio. Emigração e transferências monetárias como estratégias de adaptação às secas no Seridó Potiguar. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** 28 (59), 2020, p. 177-197. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005911>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MENDES, Jéssica Andretta; LIMA, Viviana Mendes; MOREIRA, Bruno Henrique Colombari. Entre a cidade legal e a cidade ilegal: a realidade das pequenas cidades da Amazônia - um estudo de Ponta de Pedras, Pará. **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 127-139, abr. 2014.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; BRONDÍZIO, Eduardo Sonnewend. Dependência Interurbana entre as Cidades Amazônicas: Crescimento Urbano, Deficiências em Infra-estrutura e Redes Sociais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 211 – 234, set./dez. 2009. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/1122/1437>. Acesso em: 13 set. 2018.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRUZ, Valter do Carmo **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. Niterói: [s.n.], 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Dados censitários**, 1991. [Material Institucional]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Malha de setores censitários**. 2010a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=26589>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Dados censitários**, 2010b. [Material Institucional]. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/T/202>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Dados Censitários – Notas metodológicas**. 2010c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IBGE. **Classificação brasileira de ocupações – CBO**. 2007. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/ocupacao/classificacao-brasileira-de-ocupacoes.html>>. Acesso em: 31 out. 2021.

KIRSCH, Heitor Marcos, FILIPPI, Eduardo Ernesto. Agricultura familiar no Alto Guaporé (MT), Brasil: rendas não agrícolas como estratégia de adaptação às mudanças ambientais. **Polis [En línea]**, 50 2018, p. 1-21. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/15862>. Acesso em: 02 nov. 2021.

KREJCIE, Robert V.; MORGAN, Daryle W. Determining Sample Size for Research Activities. **Educational and Psychological Measurement**, 30, 607-610, 1970.

LIMA, Maria Aldecy Rodrigues de; ANDRADE, Erika dos Reis Gusmão. Os ribeirinhos e sua relação com os saberes. **Revista Educação em Questão** (Online), v.38, p. 58-87, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4027>>. Acesso em: 2 set. 2018.

LOMBARDI, Thais Tartalha do Nascimento. **Encontrar estratégias de sobrevivência familiares a partir de surveys socioeconômicos: o uso de técnicas de análise multivariada como metodologia de abordagem**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2014. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_67.pdf>. Acesso em: 3 set. 2018.

LOMBARDI, Thais Tartalha do Nascimento; GUEDES, Gilvan Ramalho; BARBIERI, Alisson Flávio. As estratégias de sobrevivência nos estudos sobre a fronteira na Amazônia: contribuições das perspectivas rurais e urbanas. **Territórios e Fronteiras** (UFMT. Online), v. 8, p. 171-195, 2015. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/465/281>>. Acesso em: 3 set. 2018.

MEIKLE, Sheilah; RAMASUT, Tamsin; WALKER, Julian. Sustainable Urban Livelihoods: Concepts and Implications for Policy. Working Paper No. 112, **Development Planning Unit, UCL**, London. 2001. p. 1-37. Disponível em: <<http://eprints.ucl.ac.uk/35/1/wp112.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur. 1994. p. 169-181.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré. **As escalas decisórias das políticas públicas e a repercussão no local: Um estudo das pequenas cidades do Estuário do rio Amazonas**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, 2018.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; BRONDÍZIO, Eduardo; SIQUEIRA, Andrea; MORAN, Emílio F. Estratégias de Subsistência de uma população ribeirinha do Rio Marajó açu, Ilha do Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, v. 5, n. 2, p. 147-163, 1989.

OLIVEIRA, José Aldemir. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004. p.1-10. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/JoseAldemirdeOliveira.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2018.

OSMAN, Faiza Mohamed; ABDELKARIEM, Ali. Livelihood Assessment of the Dryland Community, Um Jawasir – Sudan. **DCG Report** No. 67. October 2011, p. 1-52. Disponível em: http://www.utviklingsfondet.no/dcg/assets/documents/Publications/1093-dcg_report_no_67.pdf. Acesso em: 12 ago. 2018.

OSTROM, Elinor; AHN, Toh-Kyeong. **Foundations of Social Capital**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2003a.

OSTROM, Elinor; AHN, Toh-Kyeong. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 65, n. 1, p. 155-233, 2003b.

PADOCH, Christine; BRONDÍZIO, Eduardo S.; COSTA, Sandra Maria F.; PINEDO-VASQUEZ, Miguel A.; SEARS, Robin R.; SIQUEIRA, Andrea D. Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia. **Ecol Soc**

13(2), 2008. p. 1-14. <http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art2/>. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26267988>>. Acesso em: 4 de agosto de 2018.

RAKODI, Carole. A Capital Assets Framework for Analysing Household Livelihood Strategies: Implications for Policy. **Development Policy Review**, v. 17, n. 3, p. 315–342, set. 1999.

ROCHA, Marlysse Carla da Silva; SOARES, Valério Augusto de Medeiros. Configuração e urbanidade em assentamentos da Amazônia: as lições de Afuá (Pará, Brasil). **Revista de Morfologia Urbana**, v. 7, n. 1, 2019. p.1-12. Disponível em: <<http://www.revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/71/36>>. Acesso em: 12 set. 2018.

SILVA, Christian Nunes; LIMA, Rosemildo Santos; SILVA, João Palheta da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; VILHENA, Thiago Maciel; MONTEIRO, Pedro Gabriel Barata. Estratégias de sobrevivência na Amazônia Paraense: o caso dos moradores do baixo Rio Meruú (Igarapé-Miri/Pará/Brasil). **Geosul**, 31 (62), p 173-191, jul./ago. 2016.

SILVA, Darnisson Viana. “Agora Entrou Água”: Sobre Experiência e Estratégias de Sobrevivência Entre Pescadores Artesanais em uma Vila Amazônica. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [S.l.], 9(1), 2018, p. 180-207. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5488> >. Acesso em: 12 ago. 2018.

SITOE, Tomás Adriano. A abordagem dos modos de vida como ferramenta de análise das estratégias de sobrevivência no meio rural africano. **Desenvolvimento em Questão**, v. 9, n. 17, p. 39-60, 21 out. 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/752/75218908003.pdf>>. Acesso em: 4 de agosto de 2018.

SOUZA, Cleide Lima de; CAÑETE, Thales Maximiliano Ravena. Cidade, Meio Ambiente e Modo de Vida na Amazônia: o caso do médio rio Purus. In: V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010, Florianópolis. **Anais**, V Encontro Nacional da ANPPAS, 2010. p. 1-16.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro; TAVARES, Maria Goretti da Costa. (orgs). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA. 2008. p. 27-48.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **CIDADES**, 7 (12), p. 227-255, 2010a.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, (51), 113-150, 2010b.

TRINDADE JÚNIOR., Saint-Clair Cordeiro. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 14, p. 93-106, 2015.

VALOTA, Ed Carlos Santos. **Sociedade e natureza** - Análise da paisagem e da ocupação urbana em ambiente de várzea no bairro de uma pequena cidade do Estuário Amazônico: Ponta de Pedras – PA. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, 2015.

Recebido: fevereiro de 2023.

Aceito: abril de 2023.